



Documento de Área

Área 21 – Educação Física

Coordenador da Área: André Luiz Felix Rodacki
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Rinaldo Roberto de Jesus Guirro
Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais: Márcia Keske-Soares



Sumário

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA	2
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017	11
III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016	15
IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL	28
ANEXOS.....	30

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

A Área 21 é formada por Programas de Pós-Graduação que envolvem quatro áreas de atuação acadêmica e profissional: Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. Atualmente, a área conta com 64 programas, que ofertam cursos de mestrado (95.3%) e doutorado (57.8%) acadêmicos. Os mestrados profissionais ainda são poucos (4.7%) e a área conta com apenas três cursos de mestrado. Destaca-se a criação do PROFEDF, que consiste em um programa profissional para capacitação de professores da Educação Básica. Comparativamente ao triênio anterior (2010-2012), a área mostrou um crescimento importante de 24% em termos do número de programas. O número de programas com doutorado também experimentou um aumento de 27 para 37, que representa um expressivo aumento de 27%. Apesar dessa relevante expansão, a área ainda apresenta elevada concentração de seus cursos nas regiões Sul e Sudeste (25% e 54%, respectivamente) e possui pequena inserção na região Centro-Oeste e Nordeste (6% e 14%, respectivamente). A maior expansão da área ocorreu nos cursos da região Nordeste. A criação de cursos na região Norte ainda permanece um desafio para o crescimento da área, ainda que algumas propostas de criação de cursos novos tenham sido observadas. O elevado número de matrículas em cursos de graduação indica que, mesmo em locais com alta concentração de cursos, a oferta de vagas na Área 21 ainda é deficitária quando comparadas as demais áreas que compõem a grande área da saúde. Logo, mesmo nas regiões com elevada concentração de cursos de graduação a demanda ainda é elevada e novos cursos de pós-graduação são desejáveis. A Figura 1 demonstra a série histórica (2004-2016) e as projeções (2017-2012) do número de programas da Área 21. As projeções indicam que ao término do próximo quadriênio serão aproximadamente 80 programas de pós-graduação na Área 21. Para aumentar a formação de recursos humanos em regiões em que a Área 21 não apresenta cursos, especificamente na região Norte do país, algumas iniciativas são necessárias e, provavelmente, envolvem ações de tutoria por parte de programas consolidados, os quais podem contribuir para alavancar o desenvolvimento da pós-graduação na região.

O panorama atual expressa uma forte expectativa de crescimento quantitativo e qualitativo da Área 21. Qualitativamente, o número de cursos com nota 3 é de 42%, com nota 4 de 30%, com nota 5 de 15%, com nota 6 de 6% e nota 7 de 1.5%. A elevada proporção de cursos com conceito 3 pode ser entendida pela importante expansão da área ao longo do quadriênio, visto que em geral os cursos iniciam suas atividades com o conceito de entrada. Por outro lado, a área não apresenta cursos com conceitos 3 por mais de três interstícios de avaliação. O número de programas de nota 3 que ofertam doutorado também é pequeno (3%). Tais indicadores demonstram o engajamento de todos os pesquisadores em relação aos critérios de avaliação e ao papel da pós-graduação para o desenvolvimento da área no país. A proporção de cursos 6 e 7

é relativamente pequena quando comparada a outras áreas do conhecimento e indica a possibilidade de expansão.

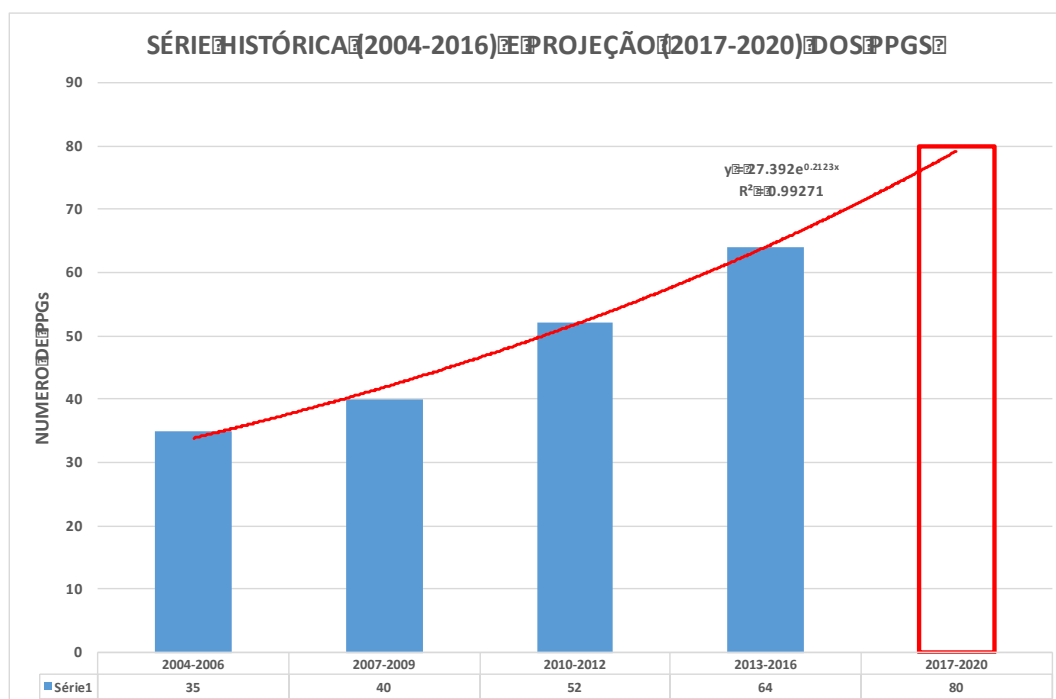


Figura 1 – Série histórica (2004-2016) e projeção (2017-2020) do número de programas da Área 21.

Assimetrias internas da área também têm sido observadas em que a subárea da Educação Física apresenta o maior número de programas (32 Mestrados e 18 Doutorados), a subárea da Fisioterapia apresenta o segundo maior volume de programas (20 Mestrados e 10 Doutorados). A Fonoaudiologia apresenta um número menor de programas (9 Mestrados e 6 Doutorados), enquanto a Terapia Ocupacional é a menor área e conta com apenas 1 programa (1 Mestrado e 1 Doutorados). Tais assimetrias também se refletem nos aspectos geográficos dessas subáreas, especialmente na Fonoaudiologia e na Terapia Ocupacional que concentram seus cursos na região Sudeste (78% e 100%) e sem inserção nas regiões Norte e Nordeste. A Figura 2 demonstra a distribuição geográfica no país por subárea.

O crescimento dos cursos profissionais ainda é modesto. O incentivo ao aumento dos cursos de mestrados profissionais é relevante para atender à expressiva parcela da sociedade que pode se beneficiar desse tipo de formação. Para essa finalidade, existe premente necessidade de que as Instituições tenham clareza sobre os objetivos dessa modalidade, bem como dos diferenciais em relação aos cursos acadêmicos. A criação de mestrados em rede parece constituir uma forma atrativa para a formação desses cursos no país, porém ações indutoras e que norteiem a construção de propostas mais consistentes são importantes. A coordenação de Área tem realizado reuniões periódicas com os proponentes, visando esclarecer as dúvidas e aprofundar a discussão sobre os suas características e exigências para a sua autorização.

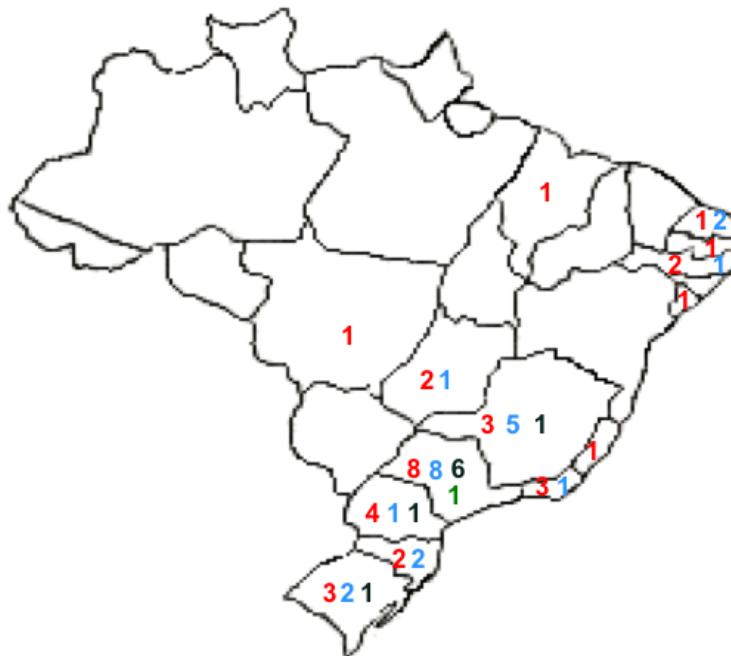


Figura 2 – Distribuição geográfica dos programas da área 21 (2013-2015). No computo dos programas, existem dois programas híbridos que foram duplicados entre as áreas de Educação Física / Fisioterapia e entre Fisioterapia e Fonoaudiologia.

A formação de recursos humanos tem crescido de forma acentuada em que se observa um crescimento na formação de doutores de aproximadamente 50% a cada período de avaliação. Eram apenas 212 doutores formados ao final do período de avaliação de 2007-2009, 357 ao final de 2010-2012 (68%) e, atualmente, foram formados 541 doutores (2013-2015) (51%). Destaca-se que muitos programas ainda não tiveram um ciclo de formação completo e o número de doutores tende a crescer nos próximos anos. A evolução histórica da área encontra-se na Figura 3.

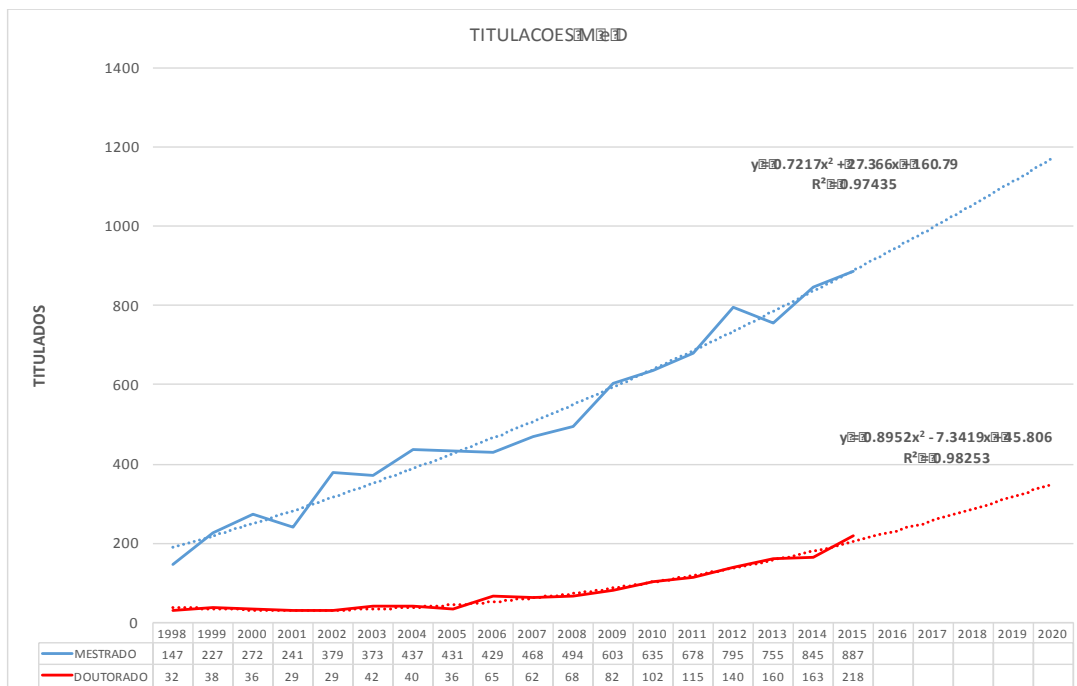


Figura 3– Série Histórica (1998- 2015) e projeções (2016-2020) para formação de mestres e doutores na Área 21.

Os dados históricos de 2010 a 2014 mostram que existe importante preocupação em incrementar a quantidade de doutores titulados, visto que a Área 21 é a que mais forma mestres dentre as áreas da Saúde, mas ainda apresenta tímida formação de doutores. Provavelmente o forte incremento de programas de pós-graduação que possuam cursos de doutorado poderá melhorar essa distorção na Área 21. Atualmente, aproximadamente 60% dos cursos da área ofertam doutorado. A série histórica (2010-2014) da formação de mestres e doutores pode ser visualizada na Figura 4. Os dados foram normalizados em função do número de docentes permanentes que atuaram no interstício; portanto, é possível comparar áreas de diferentes dimensões.

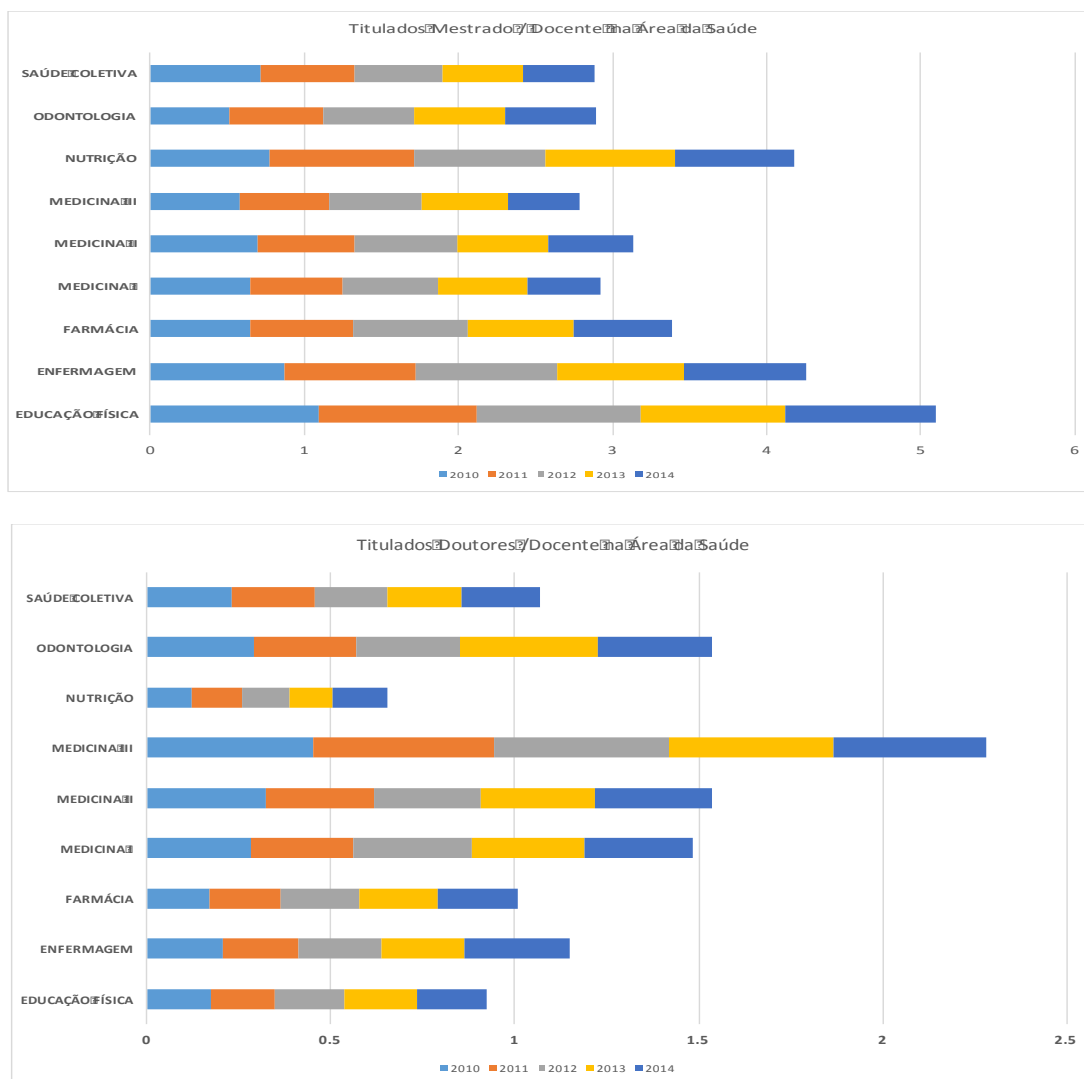


Figura 4 – Formação de mestres (painel superior) e doutores (painel inferior) de 2010 a 2014 nas áreas da saúde.

A área tem incentivado a abertura de novos cursos de doutorado, todavia, e esse processo não é captado pela análise da titulação desses discentes, mas pelas matrículas de doutorandos em relação ao número de docentes permanentes. A Figura 5 demonstra essa relação, em que se observa que os dados mais recentes (2013-2014) se assemelham a outras áreas da saúde que aplicam proporções de 1.32-1-35 doutorandos/docentes permanentes.

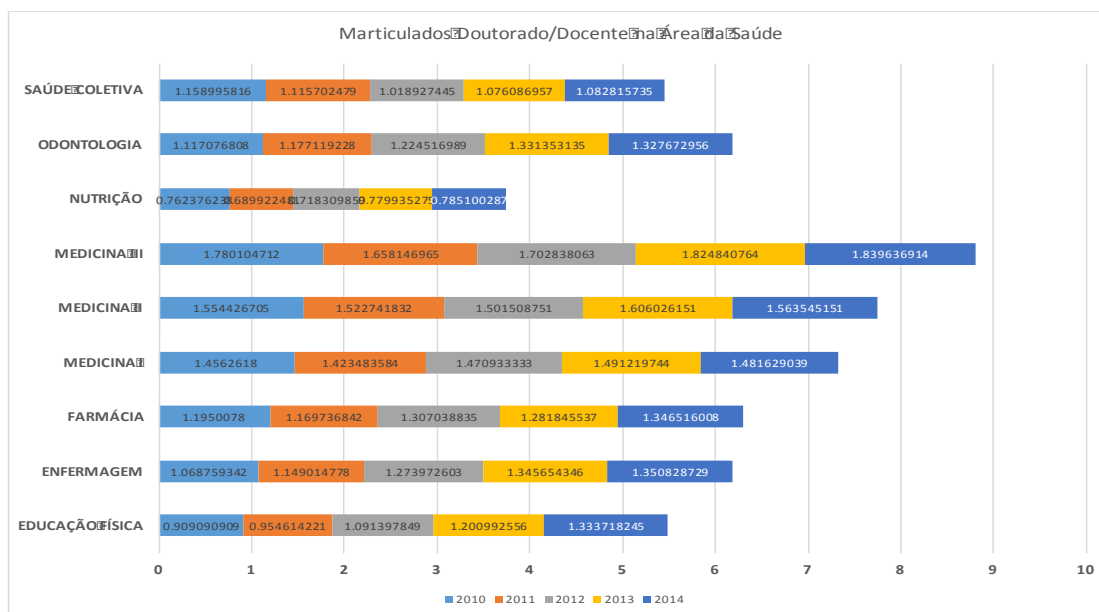


Figura 5 – Proporção de matrículas de Doutorado entre 2010-2014 nas áreas da saúde.

O volume de orientações está intimamente relacionado ao número de docentes que atuam nos programas, os quais podem ser vistos na Figura 6. Observa-se um crescimento importante do volume de docentes que oscila na faixa de 7 a 9% ao ano nos períodos de avaliação mais recentes.

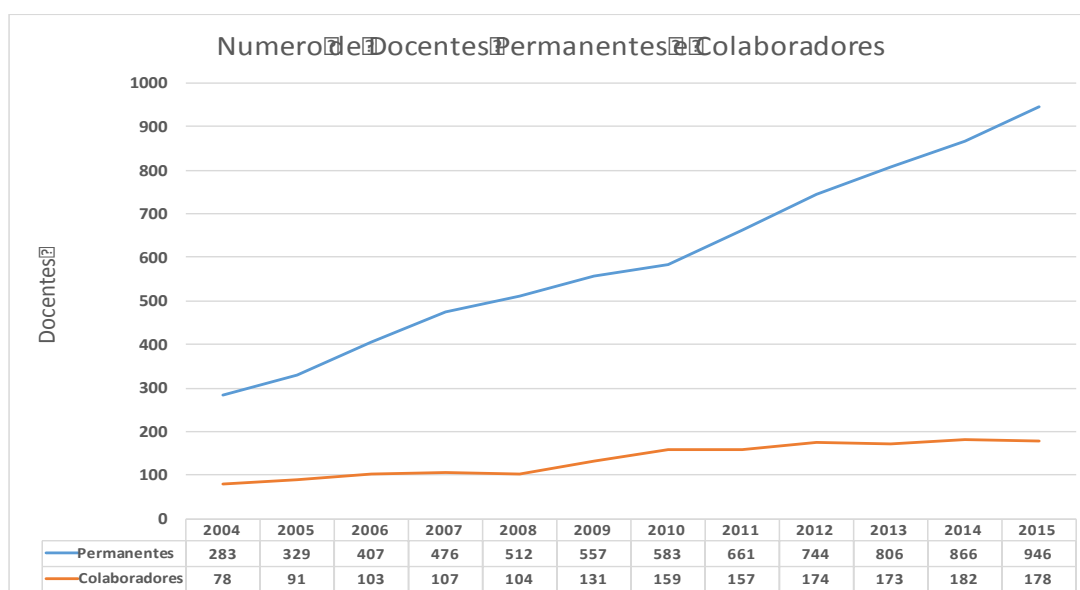


Figura 6 - Série histórica do número de docentes permanentes e colaboradores da Área 21.

Uma das estratégias mais importantes para o crescimento da Área 21 no que se refere à avaliação da produção intelectual foi o de preservar os aspectos que caracterizam a identidade das suas subáreas, ainda que seu caráter multidisciplinar aponte para grande variabilidade dos profissionais e focos de estudo envolvidos. A Área 21 tem sido bastante diversificada em termos de suas vocações, as quais variam desde as áreas biológicas e médicas até as áreas pedagógicas, sociais e humanas. A Área 21 buscou preservar a identidade das subáreas de estudo que permeiam seus programas e adotou duas importantes decisões. A primeira foi a manutenção da glosa aplicada sobre produtos (artigos, livros e produtos técnicos) que não possuem relação com a área de concentração, linhas e projetos de pesquisa definidos pelos próprios programas. A segunda foi estratificar diferenciadamente os periódicos da área, utilizando uma classificação que permitiu alocar nos estratos mais elevados veículos com alta identidade e relevância para a área, sem, no entanto, deixar de primar pela qualidade desses periódicos. A adoção desses critérios visou incrementar a coerência interna dos programas (área de concentração, linhas projetos de pesquisa em relação aos seus produtos intelectuais). Nesse sentido, os profissionais da Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional tiveram um número expressivo de publicações de periódicos que preservam seu escopo e essência. O melhor entendimento das diferenças dos objetos de estudo da área foi a discriminação dos fatores de impacto nas áreas de estudo que envolvem aspectos socioculturais e humanos dos aspectos físicos e biológicos da ciência. A área passou a adotar medianas diferenciadas para revistas classificadas pela Thompson Reuters como Science (SCIE) e Social Science (SSCI). Essa política tende a minimizar os efeitos das diferenças que reconhecidamente marcam as áreas SCIE e SSCI.

Em adição, a Área 21 buscou melhorar a vinculação do corpo discente em relação aos produtos intelectuais dos programas e passou a considerar a quantidade integral de pontos quando um ou mais alunos vigorem como autores e/ou coautores. Os produtos que não tenham alunos envolvidos são computados com peso de 75%, exceto para produções em livros e capítulos. É notório que isso não assegura melhoria na formação dos discentes/egressos, mas aproxima os alunos do processo de construção das produções mais qualificadas do programa.

A produção intelectual da Área 21 tem experimentado incrementos importantes, e os dados parciais obtidos durante o Seminário de acompanhamento apontam para crescimentos tanto qualitativos quanto quantitativos. Por exemplo, a produção em periódicos A1 demonstra um crescimento estimado de 20% para o presente quadriênio. Tais dados são encorajadores, visto que os critérios de estratificação para periódicos dos estratos mais elevados incluem necessariamente a existência de fator de impacto para os estratos superiores. O fator de impacto de 1.6 foi empregado para definir o estrato A1, o qual corresponde ao percentil 75 (quarto quartil) dos periódicos que estão alocados nas categorias: Sport Sciences, Rehabilitation, Audiology and Linguistics e Hospitality, Leisure, Sport and Tourism. Existe forte sinalização de que é preciso que o Qualis seja ajustado muito em breve, a fim de ampliar o fator de impacto para os estratos intermediários ao longo do próximo período de avaliação.

A Área 21 reafirma o compromisso com a **interdisciplinaridade** e destaca a importância de pesquisadores de áreas afins em participar de novas propostas e dos programas em funcionamento. Todavia, a área ressalta que os objetos de estudo de tais pesquisadores devem possuir estreito vínculo com a identidade dos programas onde se inserem. Logo, artigos que não se alinhem e ameacem a coerência interna das propostas não serão considerados, visto que um programa de pós-graduação não consiste em um conjunto de pesquisadores reunidos, sem um eixo norteador estruturado e bem delineado que permita identificar sua aderência ao foco da proposta. Produções em periódicos fora do escopo da Área 21 e das áreas de concentração dos programas que a compõem não desqualificam tais pesquisadores, mas dificultam o entendimento de uma estrutura acadêmica coerentemente organizada e alinhada (coerência interna).

A posição da área no **ensino fundamental e médio** ocorre nas quatro subáreas que a compõe e será apresentada em pontos específicos.

Fonoaudiologia – A atuação do fonoaudiólogo no âmbito educacional é ampla. Prevê a orientação prestada aos educadores para a compreensão dos processos anteriores ao desenvolvimento e aprendizado da criança, assim como o acompanhamento longitudinal do desenvolvimento das habilidades subjacentes e determinantes do aprendizado escolar. Sua atuação deve, portanto, abranger a intervenção sobre o plano de execução curricular, a detecção precoce de desvios do desenvolvimento e a assessoria aos profissionais educadores, atuação esta que vem sendo ampliada e consolidada. Desta forma, no âmbito escolar, o fonoaudiólogo age preventivamente, responsabilizando-se pela identificação, intervenção (RTI) e encaminhamento dos transtornos da comunicação oral e do aprendizado da comunicação mediada pela escrita, além de promover, pela capacitação constante dos educadores, a saúde da comunicação e do desenvolvimento cognitivo e de linguagem desde a pré-escola até o Ensino Fundamental. A Fonoaudiologia desempenha relevante papel no contexto escolar e no âmbito da Educação. Embora as primeiras etapas do desenvolvimento da linguagem oral surjam no contexto familiar, este desenvolvimento aperfeiçoa-se na pré-escola, com a ampliação da rede de sociabilidade da criança tornando-se a base para o aprendizado posterior da leitura e da escrita, importante marco escolar. No período pré-escolar podem-se observar claramente as primeiras manifestações de atrasos ou alterações de linguagem, melhor identificadas pelo fonoaudiólogo, capaz, também, de intervir e delinear condutas acertadas de encaminhamentos, com vistas à prevenção de futuro fracasso escolar. A atuação do fonoaudiólogo na educação fundamental compreende o acompanhamento do processo de desenvolvimento das habilidades da linguagem para a aquisição da leitura e da escrita, assim como a atuação em metodologias de detecção e de remediação de possíveis desvios neste processo, além da assessoria aos profissionais da educação no que se refere à compreensão dos processos de desenvolvimento e da atuação clínica. Recentemente o Conselho Regional de Fonoaudiologia – 2ª região publicou documento como parâmetro de atuações na Escola (CRFa. 2ª região, 2010), dando origem a discussões sobre uma nova especialidade na Fonoaudiologia, devido à demanda, à importância e diversidade de possibilidades de ações potencialmente realizáveis no âmbito escolar.

Educação Física – A Educação Física possui importante contribuição para o desenvolvimento das capacidades físicas de crianças e adolescentes em idade escolar para que as mesmas possam apresentar um bom controle e desenvolvimento de suas potencialidades físicas, motoras, psíquicas e cognitivas. Um bom desenvolvimento motor potencializa uma relação importante com indicadores de saúde como hábitos de vida que possibilitem ações para uma vida saudável, as quais podem auxiliar no combater de várias doenças como a obesidade e o aumento de doenças coronarianas – que podem ser evitadas pelo exercício físico. A Educação Física não possui apenas caráter higienista, mas também é importante meio de prática educativa por meio de valores agregados à prática esportiva. Muitos profissionais advogam em favor da educação pelo movimento frente às potencialidades da área para um desenvolvimento das dimensões físicas, intelectuais, psíquicas e sociais do ser humano. O desenvolvimento do gosto pela prática de atividades físicas é fundamental para a construção de adultos saudáveis e providos com importantes valores associados ao movimento em suas diferentes formas de manifestação.

Fisioterapia – A Fisioterapia pode prover relevante contribuição em vários aspectos do ambiente escolar, especialmente por atuar nos processos relacionados a mudanças posturais que são muito frequentes na idade escolar. Por exemplo, a manutenção de posturas impróprias ou o carregamento de mochilas escolares com cargas excessivas podem desencadear modificações na postura, as quais são de difícil correção quando consolidadas na vida adulta. Portanto, ações preventivas e curativas são relevantes para evitar um conjunto de problemas associados aos longos períodos que crianças e adolescentes despendem no ambiente escolar, tais como orientações/intervenções relacionadas aos calçados, marcha e a postura sentada, podem prevenir o aparecimento de doenças articulares e/ou musculares, bem como a dor.

Terapia Ocupacional – O ambiente escolar é espaço prioritário de ação do terapeuta ocupacional quando em intervenção com crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, uma vez que seu cerne de intervenção se encontra na inserção social e a escola é o espaço prioritário para tal no caso de crianças e adolescentes. Tendo em vista as questões concernentes ao desenvolvimento infantil, o terapeuta ocupacional desenvolve atividades de capacitação para educadores, tendo como base as atividades lúdicas como elemento central para o desenvolvimento. Quando em trabalho com crianças com deficiência, a atuação centra-se para a adaptação do ambiente, a recepção da escola com esse público, bem como com o desenvolvimento de recursos adaptativos, lançando mão da tecnologia assistiva, com vista a possibilitar a integração da criança no ambiente escolar, conforme previsto nas bases legislativas brasileiras. Ainda, quando em atuação com crianças, adolescentes e jovens, em contextos de desfavorecimento socioeconômico, a escola é um espaço prioritário de ação, numa perspectiva de rede social integrada de atendimento, visando ao desenvolvimento de recursos para os alunos e para a escola com vistas à permanência do adolescente no ambiente escolar. Isso ocorre por meio da oferta de atividades na sala de aula, nos momentos contraturnos dentro da escola, no intervalo dos alunos, entre outros espaços. Ainda, atua junta aos professores, na perspectiva de capacitação e discussão das possibilidades de atuação junto a adolescentes e jovens na contemporaneidade.

Em síntese, a Área 21 apresenta forte potencial de crescimento, mas necessita de intenso e constante trabalho de reestruturação para bem atender a sua forte demanda e colaboração ao desenvolvimento científico sustentável do país. Da mesma forma, os desafios atuais compreendem o incremento das atividades investigativas (adoção de políticas intersetoriais de apoio financeiro ao desenvolvimento de projetos de pesquisa em temas estratégicos), bem como a necessidade de minimizar as distorções regionais na oferta de programas de pós-graduação (adoção de política de indução da oferta de PPG nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e de qualificação de periódicos nacionais específicos das áreas que compõem a Área 21 (adoção de política de apoio financeiro à qualificação dos periódicos específicos da área).

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

A Área 21 tem adotado a política de implementar mudanças graduais de forma a permitir que os programas possam ajustar-se progressivamente às novas demandas que visam aperfeiçoar o processo de avaliação. A mudança do interstício de três para quatro anos não trouxe impactos importantes sobre os quesitos e itens de avaliação, que foram ajustados de forma proporcional para o novo período de avaliação. A área manterá a política de transparência e pleno acesso aos dados dos programas, os quais serão mantidos ao alcance da comunidade por meio de seus relatórios, seminários, fóruns de coordenadores e dos dados gerados da plataforma Sucupira.

A avaliação dos Programas de Pós-graduação da Área 21 tem sido realizada com base nos cinco quesitos padronizados para todas as Áreas de Avaliação da CAPES. A partir da flexibilização admitida pelo CTC-ES, os pesos atribuídos a cada quesito procuram refletir o estágio atual de avaliação da Área. Destaca-se que, desde a avaliação trienal de 2012, várias discussões sobre os critérios de avaliação foram realizadas nos Seminários de Acompanhamento e Fórum de Coordenadores. Alguns critérios puderam ser longamente debatidos e esclarecidos, enquanto outros, apesar do empenho, ainda requerem aperfeiçoamento e outras discussões.

A *Proposta do Programa* é fundamental para a sua qualificação, de forma a evidenciar com clareza como ele está científica e epistemologicamente inserido na Área de avaliação. Além disso, a proposta deve demonstrar coerência entre os objetivos do PPG e sua(s) área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular e infraestrutura. Deve existir ainda coerência entre os produtos intelectuais em relação à concepção e organização do programa (linhas e projetos de pesquisa). As condições de infraestrutura e facilidades para pesquisa devem ser evidenciadas. O planejamento para o desenvolvimento das atividades do curso será valorizado no processo avaliativo. Na avaliação quadrienal de 2017 o planejamento deverá apontar as metas a serem cumpridas ao longo do próximo quadriênio, em cada um dos quesitos da avaliação e explicitar um conjunto de estratégias que serão executadas para

alcançar tais fins. Além disso, ele deverá também informar as propostas do programa quanto às necessidades regionais, nacionais e internacionais, aos desafios da área tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos, as propostas de qualificação do corpo docente e ações do Programa quanto a desenvolvimentos futuros. Os programas deverão manter cópia do planejamento e, ao final do período de avaliação subsequente (2017-2020), informar e discutir a execução de tais metas e os problemas e soluções adotadas.

A estrutura curricular deve proporcionar o desenvolvimento adequado das linhas e projetos de pesquisa, bem como garantir sólida formação didático-pedagógica e científica (bases epistemológicas, metodologia da pesquisa, didática do magistério superior, estatística, entre outras.). As ementas devem conter síntese dos conteúdos programáticos da disciplina e a bibliografia básica não deve exceder a 10-12 referências atuais e pertinentes. A descrição da proposta necessita contemplar o conjunto de disciplinas oferecidas (discriminar obrigatórias e optativas), periodicidade de oferecimento, estrutura curricular e a forma de organização do curso (número de créditos). O regimento do programa e as normas específicas complementares devem explicitar os critérios de credenciamento e credenciamento dos docentes, o processo de seleção e a periodicidade da matrícula de estudantes, o número de vagas, os critérios de avaliação e o número de créditos obrigatórios e optativos.

O quesito *Corpo Docente* receberá ponderação menor em relação aos demais quesitos devido à sua baixa capacidade de discriminação na avaliação dos programas (efeito teto), considerando os níveis de organização e estruturação alcançados pela maioria dos programas da Área 21. O corpo docente deve ter titulação de doutor para os Cursos Acadêmicos e experiência em investigação científica na área de concentração, além de ser numericamente compatível com a dimensão e diversidade do programa. A categoria de vinculação do corpo docente ao programa seguirá o que estabelece a legislação vigente (Portaria CAPES nº 81/2016). Em adição, a Área 21 requer que pelo menos 70% do corpo docente permanente dedique pelo menos 15 horas semanais exclusivamente ao programa e que possua regime de trabalho integral na instituição (40 horas semanais). O volume de horas semanais dedicadas não poderá ultrapassar 40 horas semanais, consideradas as atividades de graduação e pós-graduação na instituição a que se vincula o docente (docência, extensão e administrativas) e em outros programas de pós-graduação em que esteja vinculado. Docentes permanentes de outras instituições são permitidos nos termos da Portaria CAPES nº 81/2016, considerado o limite de 30% do volume total de docentes. Os credenciamentos e descredenciamentos deverão ser justificados sempre que houver mudança na vinculação docente e devem estar de acordo com o regimento do programa. Especial atenção será dada na avaliação sobre a coerência entre o perfil dos pesquisadores quanto aos estudos desenvolvidos, publicações e a área e escopo do programa de forma a preservar sua identidade e coerência interna. Esses critérios mostram que a área deixa de valorizar a área de formação de seus docentes nas especificidades das subáreas e passa a valorizar sua atuação vinculada à área de concentração, linhas, projetos de pesquisa do programa e seus respectivos produtos intelectuais, o que permite ampliar os horizontes da multidisciplinariedade sem, no entanto, perder a aderência com as subáreas. Docentes com

capacidade de captar recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Financiamentos Nacionais e Internacionais, Convênios *etc.*) serão valorizados, independente do montante concedido. Bolsas Produtividade do CNPq ou equivalente, concedidas por Fundações Estaduais e/Municipais de Amparo à Pesquisa, também serão valorizadas.

Os quesitos *Corpo Discente* e *Produção Intelectual* receberam a maior valorização, porque representam os “produtos” dos programas derivados da formação e titulação de novos pesquisadores e também da produção intelectual desenvolvida por discentes e docentes permanentes. O programa deve ter capacidade de admitir discentes de mestrado e/ou doutorado, proporcionar-lhes a formação necessária com titulação no tempo previsto, atendendo-se ao pressuposto básico da qualidade acadêmica. Além disso, diante do compromisso e nível de envolvimento de seus docentes e discentes, o programa deve demonstrar capacidade de produzir conhecimento novo na(s) sua(s) área(s) de concentração, observando os princípios de qualidade/relevância científica, regularidade, além de claro alinhamento à proposta do programa. A mobilidade discente constitui um importante meio de promover a integração e cooperação entre programas, além de caracterizar o processo de internacionalização dos programas, que será valorizado na presente avaliação.

A avaliação da **produção intelectual** quanto à quantidade e distribuição dentre os docentes permanentes permanece com elevado peso em comparação aos demais itens de avaliação. A área passa a empregar dois critérios adicionais quanto à produção intelectual do programa, além de redefinir os critérios de produção. A quantidade de pontos obtidos em artigos publicados não será mais avaliada de forma isolada (item 4.1) e um critério de qualificação dessa produção será aplicado. Nesse sentido, um determinado percentual de pontos em artigos em estratos pré-determinados deverá compor a produção qualificada do programa. Os programas que almejam notas mais elevadas (6 e 7) deverão apresentar forte inserção da produção intelectual em artigos em estratos superiores do Qualis. Os programas que visam obter conceito muito bom nesse quesito deverão apresentar forte inserção em estratos superiores/intermediários do Qualis. A produção intelectual dos programas de mestrado profissional obedecerá a procedimentos similares, porém com maior peso na produção técnica, quando comparada à produção de artigos, livros e capítulos – sem, no entanto, deixar de valorizá-los.

A produção técnica será avaliada a partir de cinco grupos que foram organizados de acordo com atividades relacionadas à atuação dos profissionais da área. Especial ênfase foi colocada sobre as patentes (registros e depósitos), livros (modalidades verbete, manuais, prefácios, posfácios e congêneres), softwares e similares. Nos mestrados acadêmicos, a Área 21 atribuiu peso de 10% para a produção técnica.

A pontuação será estabelecida em função do percentual de docentes do programa que se encontra nos quartis de produção da área.

A área tem indicado e efetuará remoção de produtos (artigos, livros e capítulos e demais itens de produção técnica) que não se alinham com a identidade dos programas – sem aderência com

as linhas e projetos de pesquisa. Tem sido identificados itens dentre a produção intelectual dos programas que poderiam ser declarados como “sem vínculo” aos projetos e linhas de pesquisa, uma vez que não se associam ao escopo das propostas e ameaçam fortemente a coerência interna das áreas de concentração, linhas e projeto de pesquisa. Na avaliação quadrienal, a Comissão de Avaliação glosará títulos alheios à identidade dos programas (acadêmicos e profissionais).

A Área 21 reafirma o compromisso com a interdisciplinaridade e destaca a importância de pesquisadores de áreas afins em participar de novas propostas e dos programas em funcionamento. Todavia, a Área ressalta que os objetos de estudo de tais pesquisadores devem possuir estreito vínculo com a identidade dos programas onde se inserem. Logo, artigos que não se alinhem e ameacem a coerência interna das propostas não serão considerados, visto que um programa de pós-graduação não consiste em um conjunto de pesquisadores reunidos, sem um eixo norteador estruturado e bem delineado que permita identificar sua aderência ao foco da proposta. Produções em periódicos fora do escopo da Área 21 e das Áreas de Concentração dos Programas que a compõem não desqualificam tais pesquisadores, mas dificultam o entendimento de uma estrutura acadêmica coerentemente organizada e alinhada (coerência interna).

A política da Área 21 em valorizar os processos formativos foi longamente debatida no Seminário de Acompanhamento e Fórum de Coordenadores e será reafirmada na avaliação quadrienal de 2017. Assim, artigos que não possuam discentes e/ou egressos terão peso de 0.75, ou seja, a quantidade de pontos atribuída será minorada em relação aos produtos que possuam discentes/egressos envolvidos – que continuam sendo considerados com peso 1. Essa política não se aplica, momentaneamente, aos livros. Fica sinalizado que, futuramente, maiores pesos serão atribuídos a todos os produtos que tenham envolvimento dos alunos do programa.

Os seminários de acompanhamento dos programas da Área 21 tiveram um papel importante para a área, haja vista que permitiu aos coordenadores compreender o estado de desenvolvimento da Área 21 de forma ampliada, visualizando o desempenho de todos os programas. Tal estratégia possibilitou aos programas observarem problemas comuns a políticas que precisam ser superadas para um melhor crescimento da pós-graduação. Nesse contexto, os coordenadores não obtiveram apenas um *feedback* do desempenho de seus programas, mas da posição de seu programa quanto aos quesitos presentes na avaliação, de forma que soluções e iniciativas pudessem ser implementadas para a melhoria de seu conceito. O seminário de 2015 foi parcialmente prejudicado pelos cortes de recursos que impediu que muitos programas pudessem participar das atividades. Os dados foram obtidos a partir dos relatórios gerados pela CAPES e foram repassados a todos os coordenadores, que puderam compreender o *status* de seu programa frente à Área 21. Muitos dos quesitos da área foram bastante explicitados e debatidos, porém alguns ainda precisam de melhorias e de uma definição como, por exemplo, o quesito inserção social, que necessita de critérios mais objetivos e facilmente quantificáveis. Da mesma forma, outros elementos necessários ao desenvolvimento da área continuam em discussão, como é o caso da produção técnica e a avaliação dos produtos derivados dos

mestrados profissionais. Os seminários de acompanhamento tiveram, mais uma vez, a iniciativa de convidar os responsáveis pela elaboração dos APCNs para que os mesmos pudessem se inteirar acerca dos critérios de avaliação da área. Uma tarde de reunião foi alocada para que os proponentes de APCNs pudessem realizar seus questionamentos e interagir com os demais coordenadores. Essas estratégias têm sido vistas como positivas e resultado em menores taxas de reprovação de novas propostas.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação, abrangência, coerência e a quantidade das Linhas de Pesquisa (LP) com a(s) respectiva(s) Área(s) de Concentração (AC); - Adequação, abrangência, coerência e a quantidade dos Projetos de Pesquisa (PPs) com as respectivas Linhas de Pesquisa (LP); - Coerência dos produtos em relação a LP e aos PPs; - Adequação, a coerência e a quantidade das disciplinas oferecidas em relação à AC e LPs; - Consistência das ementas, atualidade das respectivas bibliografias, presença e regularidade da oferta de disciplinas de fundamentação teórico-metodológica e de estratégias de formação didático-pedagógica para intervenção no magistério superior.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	20%	<p>Analisar as propostas do programa que evidenciam seu planejamento e organização para superar os desafios relativos ao seu desenvolvimento no que tange a formação de recursos humanos e produção intelectual. Observar se os itens de planejamento referem-se a propostas Regionais, Nacionais, Nacionais/ Internacionais ou Internacionais.</p>

1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%	Observar se a infraestrutura (bibliotecas, laboratórios, espaços físicos, recursos de informática) é suficiente para atender as demandas de pesquisa do programa.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	30%	<p>2.1.1- Verificar se o corpo docente é composto por docentes com aderência em relação ao escopo do programa, linhas e projetos de pesquisa:</p> <p>2.1.2 – Verificar a experiência do corpo docente, considerando sua projeção nacional e internacional:</p> <p>2.1.3 – Capacidade do corpo docente em atrair alunos para estágios pós-doutorais (quando aplicável) e,</p> <p>2.1.4 – Observar o percentual de docentes que atuam como consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; consultores, corpo editorial e editor de periódicos especializados no país e exterior; presidência e gestão de sociedades acadêmico-científicas.</p> <p>2.1.5 – Avaliar a capacidade dos docentes de captar financiamentos para realização de pesquisa (por agências de fomento nacionais e internacionais) e de obter bolsa de produtividade em pesquisa.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	<p>Avaliar a dimensão e a atuação do corpo docente permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, de publicação e de formação de mestres e doutores, levando em conta o tempo de participação no período de avaliação;</p> <p>2.2.1 – a dimensão (mínimo de 12 docentes permanentes) e a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, de pesquisa e de orientação;</p> <p>2.2.2 – observar a estabilidade e oscilação do corpo docente</p> <p>2.2.3- a adequação do percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo</p>

		<p>institucional.</p> <p>2.2.4 – a proporção de docentes colaboradores e permanentes.</p> <p>2.2.5 – a aderência entre a produção intelectual dos docentes em relação ao escopo do programa considerando a área de concentração, linhas e projetos de pesquisa.</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	Avaliar se as atividades de ensino de pós-graduação, orientação e pesquisa estão distribuídas de forma equilibrada entre os docentes.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só se aplica quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	10%	<p>Avaliar o nível de envolvimento dos docentes em atividades de graduação, sendo valorizada a inserção de alunos em projetos de iniciação científica.</p> <p>2.4.1 – Observar a proporção de docentes que atuam em cursos de graduação (docência);</p> <p>2.4.2 – Analisar a proporção de docentes que desenvolvem atividades de orientação de trabalhos de conclusão de curso (TCC).</p> <p>2.4.3 – Analisar a proporção de docentes que desenvolvem atividades de orientação de projetos de iniciação científica (IC).</p>
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	15%	<p>3.1.1. Análise quantitativa do percentual de titulações de mestrado/doutorado durante o quadriênio em relação à dimensão do corpo docente permanente. Considerar a média quando o docente atuar em ambos os níveis de formação (ME e DO).</p> <p>3.1.2. Análise quantitativa do percentual de titulações de mestrado e doutorado durante o quadriênio em relação à dimensão do corpo discente. Considerar a média quando houver dois níveis de formação (ME e DO).</p>
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	Análise quantitativa de orientações de mestrandos/doutorandos por docente permanente no quadriênio. Considerar cursos com Mestrado e cursos com Mestrado e Doutorado. Observar a distribuição das orientações, especialmente em

		relação a elevado/baixo número de orientações.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50%	<p>Avaliar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a produção do corpo discente em eventos científicos (trabalhos apresentados, resumos em anais); - a proporção de discentes e egressos autores (titulados nos últimos 3 anos) com publicações em relação à dimensão do corpo discente, e, - a qualidade da produção discente com base no Qualis Periódico e em Livros Classificados pela área.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	15%	<p>3.4.1 – O tempo médio de titulação de bolsistas em nível de mestrado e do doutorado;</p> <p>3.4.2 – A existência de bolsas de doutorado sanduíche e mobilidade discente (considerar a realização por parte dos discentes de disciplinas em outros Programas, capacitação para determinado procedimento de pesquisa, realização de pesquisa em conjunto, etc.).</p>
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	<p>Avaliar a quantidade e qualidade da produção intelectual do Programa (somente a produção dos docentes permanentes será contabilizada) em relação à dimensão do corpo docente permanente.</p> <p>4.1.1 – Para a quantidade, no numerador são somados os produtos e no denominador são considerados apenas os docentes permanentes, levando em conta o tempo de participação de cada um durante o quadriênio. Na quantificação da produção do Programa, os produtos construídos em coautoria por mais de um docente do Programa são contabilizados apenas uma vez (cada produto será contabilizado apenas uma vez).</p> <p>4.1.2 – Além da quantidade de produtos, os programas devem apresentar uma proporção de produtos qualificados em estratos mais elevados (artigos e livros) para a obtenção de conceitos mais altos.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente	50%	Avaliar a distribuição das publicações qualificadas do Programa entre os docentes permanentes.

permanente do Programa.		<p>4.2.1 – Na análise da distribuição da produção será contabilizada a produção qualificada de cada docente permanente, sem descontar os artigos, livros ou capítulos de livros desenvolvidos em coautoria com outros docentes do Programa. Um percentual de docentes deve alcançar determinado patamar de pontuação compatível com o perfil de nota/conceito.</p> <p>4.2.2 – A proporção de docentes com publicações nos estratos mais elevados também será analisada.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	<p>Avaliar a quantidade das produções técnicas do corpo docente permanente, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - editoria de periódicos científicos da área; - comissões e comitês técnico-científicos dos órgãos de fomento; - consultorias e assessorias no âmbito da política da área; - normas, protocolos, programas e documentos elaborados para agências oficiais (nacionais ou internacionais) relacionadas com a formulação, implementação e avaliação da política de saúde, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	30%	<p>Avaliar:</p> <p>Impacto educacional do Programa - contribuição para a melhoria do ensino fundamental e médio, cursos de graduação e técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino; geração pelo Programa de “livros-textos” e outros materiais didáticos para a graduação bem como para o ensino fundamental e médio;</p> <p>Impacto social/cultural do Programa - contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento; Inserem-se os programas de serviços e atendimentos à comunidade desenvolvidas com efetiva participação de docentes e discentes do programa.</p>

		Impacto tecnológico/econômico do Programa - Desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	55%	<p>Avaliar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a participação em programas institucionais de cooperação, das agências de fomento à pesquisa e da própria CAPES, tais como Minter, Dinter, Associação entre IES, Casadinho, Procad, projetos temáticos do CNPq, FAPs, CAPES ou FINEP; - a participação de docentes do Programa em redes de pesquisa interinstitucionais; - as publicações conjuntas de docentes do Programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa (análise sobre 50% do corpo docente do programa); - a parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área e, - o intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.	15%	<p>Avaliar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a manutenção de <i>site</i> para a divulgação, de forma atualizada, de seus dados internos, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, atividades de inserção social/ impacto educacional e tecnológico/econômico. - o nível de acesso às Teses e Dissertações.

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
2 – Corpo Docente	30%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação. - Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das	25%	- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes

atividades de pesquisa e formação do Programa.		para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando que a proposta de Mestrado Profissional deverá comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	20%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	- Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	20%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
3.4. Eficiência do Programa na formação	10%	3.4.1 – Analisar o tempo médio de titulação.
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	25%	- Examinar o número total de publicações do programa no quadriênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções	35%	- Examinar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas

consideradas relevantes.		<p>relevantes, tais como, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. Elaboração de protocolos, normas ou programas. Consultoria ou assessoria técnica. Produtos técnicos. Protótipos. Patentes. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Impacto do Programa.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil. - Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos

	<p>níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços</p>
--	---

		<p>reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p> <p>j) Outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	25%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	25%	<p>- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;</p> <p>A abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;</p> <p>A introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p>
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de

		<p>seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Portaria CAPES nº 13/2006).</p>
--	--	--

MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL (PROF)*

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Avaliação da Rede e suas Associadas	20%	
1.1. Articulação entre as instituições associadas e a coordenação do programa.	20%	Avaliar qualitativamente com base na proposta e nas respostas à questão 4 da pesquisa com os egressos e à questões 6 e 8 da pesquisa com os coordenadores.
1.2. Planejamento global da rede, sistemática de avaliação e autoavaliação.	20%	Verificar a existência de planejamento e de autoavaliação como base nas informações da proposta do programa.
1.3. Infraestrutura para administração, ensino e demais atividades pertinentes.	20%	Verificar as informações da proposta do programa e usar as respostas às questões 1 e 2 da pesquisa com egressos e às questões 1 e 2 da pesquisa com coordenadores.
1.4. Critérios e efetividade das normas de credenciamento e descredenciamento.	20%	Verificar as informações da proposta do programa sobre o processo de avaliação de cada associada (nova ou antiga) e o atendimento aos critérios de credenciamento e reconhecimentos.
1.5. Implantação e atualização da proposta do programa.	20%	Avaliar qualitativamente com base nas informações da proposta do programa e nas respostas à questão 9 da pesquisa com coordenadores.
2 – Discentes e Egressos	40%	

2.1. Processos de seleção e de avaliação de discentes.	15%	Avaliar qualitativamente a excelência e rigor dos critérios nacionais de seleção e de avaliação de discentes.
2.2. Fluxo discente: quantidade de ingressantes, evasão e prazo de conclusão (por associada e no total rede).	25%	Avaliar a partir dos indicadores fornecidos pela Capes.
2.3. Qualidade dos trabalhos finais: adequação dos trabalhos à proposta do curso e sua divulgação.	60%	Avaliar qualitativamente a partir de amostra de trabalhos (proporcional ao número de egressos no período de avaliação) tendo em vista os parâmetros de qualidade definidos pela área. Verificar se os trabalhos finais estão disponíveis no <i>site</i> do programa.
3 – Corpo Docente	20%	
3.1. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de formação considerando-se o programa e as instituições associadas.	20%	Verificar a adequação do número mínimo de docentes, seu regime de trabalho, os vínculos dos docentes com outros PPG, a proporção de colaboradores em relação ao total de docentes e a carga horária dedicada ao programa. Considerar as respostas à questão 3 da pesquisa com os egressos e às questões 3, 4 e 5 da pesquisa com os coordenadores.
3.2. Compatibilidade do corpo docente com a proposta, considerando-se suas atividades de ensino, pesquisa, orientação.	50%	Verificar a formação e atuação dos docentes para avaliar se sua experiência atende à proposta curricular; avaliar a distribuição das atividades de ensino e orientação.
3.3. Produção intelectual.	30%	Avaliar o conjunto da produção por associada está alinhado à proposta do programa.
4 – Inserção Social	20%	
4.1. Importância do curso na atuação profissional dos egressos.	60%	Utilizar as respostas às questões 5 e 6 da pesquisa com os egressos e as respostas às questões 7, 10 e 11 da pesquisa com os coordenadores.
4.2. Políticas de divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa.	40%	Avaliar qualitativamente as informações existentes no <i>site</i> do programa.

* Os questionários referentes à pesquisa com egressos e coordenadores de PROF estão disponíveis ao final deste documento, nos Anexos I e II respectivamente.

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

A internacionalização envolve dois aspectos fundamentais para o processo de avaliação. O primeiro deles refere-se ao planejamento para que suas ações de inserção internacional sejam efetivadas, enquanto o segundo envolve as ações efetivamente realizadas nesse contexto. Considerando as restrições financeiras sofridas no período, o planejamento será objeto importante de análise, ainda que não se deixe de observar como tais perspectivas têm sido alcançadas. O planejamento deve conter uma análise de quanto as ações projetadas foram atendidas, bem como apontar as novas metas do programa para sua projeção internacional no quadriênio seguinte.

As ações de internacionalização podem ser divididas em (a) “Colaboração Internacional” e (b) Mobilidade. A Colaboração internacional se dá pelos produtos e sua respectiva visibilidade no cenário mundial em que a inserção se dá pelas publicações em parceria com pesquisadores estrangeiros. De fato, artigos que receberam maior número de citações são fruto de colaboração internacional (Adams, 2013*) e também são importante ferramenta para a atração de talentos estrangeiros para pesquisa. Ademais, os indicadores de internacionalização são semelhantes e centram-se em na contabilização de publicações em coautoria internacional e citações recebidas por autores estrangeiros. Logo, produtos intelectuais derivados de parcerias serão valorizados. A mobilidade ainda é caracterizada por um pequeno número de pesquisadores no país e tendem a ser reduzidos dadas as limitações de financiamento. Por outro lado, o trânsito de docentes e discentes entre o programa brasileiro e parceiros no exterior será valorizado; disciplinas e palestras ministradas, redes de pesquisa, dupla titulação, independente de acordo institucional formal, serão considerados como indicadores de internacionalização.

*Adams, Jonathan, The Fourth Age of Research. Nature. Pag. 557, vol. 497, 2013.

Programas elegíveis para conceitos 6 e 7 devem atender Muito Bom (MB) nos itens anteriores da ficha de avaliação. Deverão demonstrar desempenho diferenciado dos demais programas da área e desempenho em pesquisa. Um importante diferencial dos programas de excelência na área está na sua capacidade de (a) Nucleação e Solidariedade, (b) Liderança e (c) Inserção Internacional.

As **notas 6 e 7 serão** reservadas **exclusivamente** para os programas com doutorado que obtiveram **nota final 5 e conceitos MB em todos os quesitos da ficha de avaliação** e que atendam, **necessariamente**, às seguintes condições:

- Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
- Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
- Solidariedade;

- Nucleação;
- **Nota 6:** predomínio de conceito MB nos itens de **todos os quesitos da ficha** de avaliação, **mesmo com eventual conceito B em alguns itens.**
- **Nota 7:** Conceito MB em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação.

1. Nucleação e solidariedade:

- a) O programa deve demonstrar o envolvimento e participação dos egressos em outras Instituições de Ensino Superior, com programas de pós-graduação, no país ou outros países; envolvidos ou não com projetos do tipo DINTER, MINTER, Procad *etc.*;
- b) Atividades de ensino de graduação e pós-graduação em outros programas no país ou outro país;
- c) Projetos de pesquisa em conjunto com egressos.

2. Liderança:

- a) Atração de alunos de mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- b) Participação de docentes em comitês, cargos de agências de fomentos nacionais (CNPq; CAPES; Fundações de Apoio a Pesquisa *etc.*) e consultorias *adhoc*;
- c) Premiações nacionais e internacionais;
- d) Proporção destacada dentro do escopo do programa e com inserção em veículos internacionais em comparação aos demais programas da Área (artigos, livros e capítulos);
- e) Promoção de eventos científicos e profissionais em suas áreas de atuação.

3. Inserção Internacional:

- a) Convênios interinstitucionais entre o programa/instituição nacional e programa/instituição estrangeira;
- b) Desenvolvimento de projetos de pesquisa entre pesquisadores estrangeiros e docentes do programa, contendo registros de fomento ou institucionais;
- c) Docentes do programa que tenha atuado como visitantes, ministrado disciplinas ou palestras em universidades estrangeiras;
- d) Pesquisadores visitantes estrangeiros recebidos pelo programa que ministrem disciplinas, cursos e atividades de pesquisa na IES;
- e) Intercâmbio de alunos do programa com universidades estrangeiras por meio de bolsas-sanduíche;
- f) Orientação e nucleação de alunos estrangeiros;
- g) Participação de alunos e docentes em eventos científicos de caráter internacional;
- h) Participação em comitês editoriais e como pareceristas de periódicos de circulação internacional;
- i) Produção conjunta de artigos científicos com pesquisadores internacionais.

ANEXO I - Pesquisa com egressos MP em rede

Parabéns por ter concluído o Mestrado. Gostaríamos de ter sua colaboração para aprimorarmos o curso que realizou e, para isso, solicitamos que responda as questões abaixo. Demora 2 minutos. Não existe resposta certa para as questões. Após responder todas as questões, por favor, clique em submeter.

Obrigado pela colaboração e sucesso na carreira!

1) Avalie a infraestrutura dedicada à gestão do curso - secretaria, coordenação, etc

- Totalmente inadequada
- Com algumas inadequações
- Adequada
- Muito Boa
- Excelente

2) Avalie a infraestrutura para ensino usadas no curso - salas de aula, biblioteca, serviços de videoconferência, laboratórios, etc

- Totalmente inadequada
- Com algumas inadequações
- Adequada
- Muito Boa
- Excelente

3) Avalie o corpo docente do curso

- Totalmente inadequado
- Com algumas inadequações
- Adequado
- Muito Bom
- Excelente

4) Frequência de contato presencial ou por meio eletrônico com docentes e discentes de outras instituições da rede ao longo do curso

- Muito reduzida
- Reduzida
- Regular
- Frequentemente
- Muito frequentemente

5) Avalie quanto sua postura como professor/profissional mudou em razão da conclusão do curso

- Estou muito pior
- Estou pior
- Estou igual
- Estou melhor
- Estou muito melhor

6) Avalie a importância do curso para o seu avanço na carreira de professor/profissional

- Muito pouco importante

- Pouco importante
- Indiferente
- Muito Importante

7) Recomendaria o curso?

- Certamente não
- Não
- Talvez
- Sim
- Certamente Sim

8) Qual curso concluiu?

9) Use o espaço abaixo para incluir comentários sobre qualquer aspecto relacionado ao curso que concluiu:

ANEXO II - Mestrado Profissional em Rede: Pesquisa com coordenadores de associadas

Esta pesquisa tem como objetivo obter subsídios para o processo de avaliação do programa que participa. É importante que suas respostas expressem a realidade a fim de que possamos consolidar a presente sistemática de autoavaliação. Se desejar, consulte seus colegas do curso de sua instituição. É necessário que responda todas as questões. Agradecemos sua colaboração.

*Obrigatório

1. Avalie a infraestrutura física (salas de aula, secretaria, biblioteca, salas multiuso, instalações sanitárias, etc.) do curso na sua IES *

- Totalmente inadequada
- Com algumas inadequações
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

2. Avalie os recursos disponíveis na sua IES para interação (pessoal ou eletrônica) com outras IES associadas. *

- Totalmente inadequados
- Com algumas inadequações
- Adequados
- Muito bons
- Excelentes

3. Avalie o tamanho do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

- Muito reduzido

- Reduzido
- Sem folga
- Adequado
- Muito adequado

4. Avalie a dedicação do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

- Totalmente insuficiente
- Insuficiente
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

5. Avalie o perfil (formação e experiência) do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

- Totalmente inadequado
- Inadequado
- Com limitações
- Muito bom
- Excelente

6. Avalie a importância da colaboração entre as IES da rede para o bom andamento do curso *

- Muito pouco importante
- Pouco importante
- Indiferente
- Importante
- Muito importante

7. Avalie a qualidade da formação discente do curso *

- Muito fraca
- Fraca
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

8. Avalie a qualidade da articulação entre as IES associadas e a coordenação geral da rede *

- Muito inadequada
- Com limitações
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

9. Avalie o grau de dificuldade de gestão do curso na sua instituição. *

- Muito difícil
- Difícil
- Nem difícil, nem fácil
- Fácil
- Muito fácil

10. Avalie a importância profissional do curso para os egressos. *

- Muito pouco importante
- Pouco importante

- Indiferente
- Importante
- Muito importante

11. Avalie a contribuição do curso para a atuação profissional do discente *

- Muito reduzida
- Fraca
- Regular
- Boa
- Muito boa

12. Recomendaria o curso? *

- Certamente não
- Não
- Talvez
- Sim
- Certamente sim

13. Indique qual o programa que participa como coordenador *

14. Use o espaço abaixo para incluir comentários sobre qualquer aspecto relacionado ao curso